

2 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores, a instrução dos processos de contra ordenação e a nomeação do respetivo instrutor bem como a aplicação das respetivas coimas e das sanções acessórias adiante previstas.

3 — O produto das coimas apreendido nos processos de contra ordenação a que se reporta o presente normativo regulamentar reverte na totalidade para o Município.

4 — No âmbito dos processos contraordenacionais a que se refere o presente normativo regulamentar poderão ser aplicadas as sanções acessórias tipificadas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04, nos termos aí contemplados.

5 — A negligência é sempre punível nos termos gerais.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 43.º

Aplicação no tempo

1 — O presente regulamento só dispõe e vale para o futuro, ficando salvaguardadas as situações anteriores ao início da respetiva vigência.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º precedente, nas situações previstas nos artigos 6.º, n.ºs 1 a 3, 7.º e 23.º e seguintes do presente regulamento bem como 10.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01/04 as licenças de ocupação e utilização do espaço público municipal bem como as licenças de publicidade luminosa e não luminosa, neste caso quando haja lugar à eliminação do licenciamento por força da lei, concedidas e em vigor à data do início de vigência do presente regulamento convertem-se, automaticamente, conforme os casos, em meras comunicações prévias ou em comunicações prévias com prazo para a ocupação de espaço público municipal, nos termos e para os efeitos constantes dos normativos legais e regulamentares acima indicados, sem dependência de qualquer ato ou formalidade a adotar pelos respetivos titulares, sujeitos, apenas, ao pagamento das taxas aplicáveis devidas.

Artigo 44.º

Normas subsidiárias

Em tudo o que for omissivo no presente regulamento serão subsidiariamente aplicáveis as normas legais e regulamentares em vigor.

Artigo 45.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

205630475

MUNICÍPIO DE MOURA

Aviso n.º 1315/2012

Para os efeitos previstos na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de falecimento, o trabalhador deste Município, Joaquim António Sanches Condeça, Assistente Operacional (Asfaltador), Posição 5, Nível 5-2, com efeitos a contar do dia 05 de janeiro de 2012.

5 de janeiro de 2012. — O Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, *Rafael Rodrigues*.

305577072

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 1316/2012

Abertura do período de apreciação pública do Regulamento do Fundo de Compensação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal, em Pinhal Novo — Palmela

Ana Teresa Vicente, Presidente da Câmara Municipal de Palmela torna público que, por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 11 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, durante o período de trinta dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, é submetido a apreciação pública o Projeto de Regulamento para o Fundo de Compensação do Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal, em Pinhal Novo. Durante o referido período o projeto de regulamento poderá ser consultado em www.cm-palmela.pt bem como nesta Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente e sobre ele serem formuladas, por escrito, as observações tidas por conveniente, em impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos, dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Palmela.

A apreciação pública consiste na recolha de observações ou sugestões que os interessados queiram formular sobre o conteúdo deste projeto de regulamento.

20 de janeiro de 2012. — A Presidente da Câmara, *Ana Teresa Vicente*

Preâmbulo

O artigo 136.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual (RJIGT), consagra a obrigatoriedade de os instrumentos de gestão territorial de eficácia plurisubjetiva preverem mecanismos de perequação.

A este nível — de execução e compensação urbanística — verifica-se que a materialização de determinados aspetos carece, nos termos da lei, da produção de regulamentação municipal (artigos 125.º, n.º 2, 139.º, n.º 6 e 141, n.º 5 do RJIGT).

Assim, estando em vigor o Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal (adiante designado por Plano) publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 36, de 21 de fevereiro de 2011, sob o Aviso n.º 5200/2011, impôs-se proceder à elaboração de regulamento, em consonância com os mecanismos de perequação indicados naquele instrumento de gestão territorial.

O Plano em causa remete para a implementação preferencial do sistema de compensação, em conformidade com o disposto no artigo 122.º do RJIGT, identificando doze Unidades de Execução (UE), convenientemente delimitadas em planta de transformação fundiária. Neste quadro, foi determinado o recurso à perequação compensatória, estabelecendo-se, para o efeito, indicadores de índice médio de construção, de índice médio de cedência e de repartição dos encargos de urbanização.

O presente projeto de Regulamento vem, assim, neste propósito, regulamentar as matérias previstas nos artigos 139.º, n.ºs 6 e 7, 141.º, n.ºs 4 e 5 e 142.º do RJIGT, respeitantes à repartição dos custos de urbanização e à compensação a efetuar às ou pelas Unidades de Execução, em função dos respetivos índices de utilização e de cedência, consoante estes sejam inferiores ou superiores à média.

Por sua vez, o n.º 3 do artigo 40.º do regulamento do Plano remete para a constituição de um fundo de compensação, a gerir pela Câmara Municipal, com o objetivo de (i) liquidar as compensações devidas pelos particulares e respetivos adicionais; (ii) cobrar e depositar em instituição bancária as quantias liquidadas e (iii) liquidar e pagar as compensações a terceiros.

Registe-se, por fim, que na implementação do Plano se adota o valor pecuniário como forma única de transação das compensações, tornando assim autónomas as intervenções nas Unidades de Execução.

Assim, atento o exposto, e em cumprimento das determinações legais contidas nos já aludidos artigos 125.º, n.º 2, 139.º, n.º 6 e 141, n.º 5 do RJIGT, foi elaborado o presente projeto de Regulamento Municipal, o qual se submete a apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do CPA, tendo sido aprovado na reunião da Câmara Municipal de 11/01/2012.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no uso da competência conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, é elaborado o presente Regulamento, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (RJIGT), na redação em vigor.

Artigo 2.º

Âmbito e objeto

O presente Regulamento estabelece as regras relativas às compensações devidas em sede de perequação compensatória e de regime do fundo

de compensação, aplicáveis ao Plano de Pormenor da Rua Marquês de Pombal, adiante designado por Plano.

CAPÍTULO II

Fundo de compensação

Artigo 3.º

Fundo de compensação

1 — A aplicação global do presente Regulamento e consequente concretização dos objetivos estatuidos no artigo 125.º do RJIGT pressupõem a constituição de um Fundo de Compensação (FC) associado ao Plano.

2 — O FC é gerido pela câmara municipal que, através dos seus serviços, deverá elaborar e divulgar relatórios anuais de contas.

3 — O FC é constituído para a operacionalização das Unidades de Execução (UE) do Plano e extinguir-se-á com a aprovação, pela entidade gestora (Câmara Municipal), do relatório final de gestão.

Artigo 4.º

Comissão de acompanhamento

1 — A Comissão de Acompanhamento (CA) é o órgão nomeado pela Câmara Municipal para gerir o FC e é composta por três elementos.

2 — O mandato dos membros da CA cessa com a extinção do fundo de compensação, podendo os mesmos serem substituídos a todo o tempo.

3 — O FC é administrado pela Comissão de Acompanhamento a quem compete, nomeadamente:

- a) Gerir administrativamente todos os recebimentos e pagamentos relativos ao FC;
- b) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal ou pelos interessados;
- c) Elaborar relatórios anuais sobre os movimentos do fundo de compensação;
- d) Promover a divulgação dos relatórios anuais, pelas vias habituais;
- e) Prestar contas no final da sua gestão.

Artigo 5.º

Funcionamento e gestão do fundo de compensação

1 — A Câmara Municipal de Palmela procede à abertura de conta bancária específica e autónoma para gerir o FC, a qual será movimentada nos mesmos termos e, de acordo com os critérios fixados para a movimentação de contas tituladas pelo Município.

2 — A movimentação da conta mencionada no número anterior, será precedida de informação técnica da Comissão de Acompanhamento do FC, dando conhecimento da quantia a movimentar e do fim a que se destina, devendo a mesma ser assinada por todos os elementos que a compõem.

3 — Todas as compensações a efetuar através do FC têm natureza pecuniária.

4 — Os acertos monetários a realizar entre as UE e o FC ocorrem no momento prévio ao da emissão do documento que titula a operação urbanística referente à UE, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

5 — As compensações a efetuar às UE com saldo negativo ficam condicionadas à existência de fundo disponível.

6 — Inexistindo disponibilidade para efetuar as compensações referidas no número anterior ficará o correspondente pagamento pendente até que o FC seja aprovisionado.

7 — Sempre que existam várias UE com saldo negativo sem que o FC se encontre aprovisionado, o ressarcimento efetua-se por ordem cronológica de entrada do pedido de emissão do documento que titula a operação urbanística.

8 — O pagamento do valor devido à UE depende da prévia apresentação de caução de igual montante, sendo a mesma cancelada aquando da emissão da autorização de utilização das frações autónomas.

9 — A caução referida no número anterior é acionada em caso de caducidade do documento que titula a operação urbanística, referente à UE, e o valor executado é reintegrado no FC.

10 — Os pagamentos a efetuar ao FC podem ser realizados em prestações, nos termos análogos aos previstos no RJUE para pagamento de taxas.

11 — O número máximo de prestações mencionadas no número anterior é de seis.

12 — Admite-se a execução de cada UE de forma faseada, bem como o pagamento proporcional da compensação correspondente a cada fase, desde que daí não resultem:

- a) Inconvenientes para a normal realização do Plano;
- b) Prejuízos para a repartição equilibrada de benefícios e encargos entre os proprietários e promotores envolvidos.

CAPÍTULO III

Mecanismo de perequação compensatória

Artigo 6.º

Compensações — princípios gerais

1 — As compensações a efetuar através do FC estabelecem-se de acordo com os princípios estabelecidos na tabela do Anexo I.

2 — O valor da compensação a efetuar ao FC, por cada UE, consiste no somatório obtido do valor do saldo da área bruta de construção (coluna B) com o valor do saldo da respetiva área de cedência (coluna D) e o saldo dos custos de urbanização (coluna H).

3 — As ações de compra e venda entre UE são indissociáveis dos respetivos encargos de urbanização.

Artigo 7.º

Repartição dos custos de urbanização

1 — Cada UE comparticipa nos custos de urbanização do Plano na proporção da edificabilidade realizada.

2 — O saldo das infraestruturas a comparticipar por cada UE para o FC corresponde ao diferencial entre o custo proporcional das infraestruturas (coluna F do anexo I), e o custo efetivo das infraestruturas que cada UE suporta (coluna G do anexo I).

3 — Os valores do custo de urbanização do Plano, constantes no programa de execução, são atualizados anualmente, de acordo com o último índice de inflação anual, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística ou quando a Câmara Municipal considere justificável a alteração de algum parâmetro.

4 — A atualização mencionada no número anterior é objeto de divulgação através dos meios estabelecidos por lei.

5 — A tabela do programa de execução referido no n.º 3 sujeita-se a atualização, em função das variações do mercado, com uma periodicidade mínima de 3 anos, a contar da data de publicação do presente regulamento.

Artigo 8.º

Valorização prévia dos terrenos

1 — A perequação compensatória é realizada na proporção do valor das propriedades reportado à situação anterior à data de entrada em vigor do Plano.

2 — A valorização referida no número anterior consta da tabela do anexo II, e resulta de relatório elaborado por perito da lista oficial de avaliadores em obediência aos critérios de avaliação definidos pelo Código das Expropriações.

3 — A avaliação efetuada não é vinculativa, permitindo aos intervenientes a possibilidade de poderem fixar, por unanimidade, outro critério.

Artigo 9.º

Contrato de urbanização

Sempre que uma UE detenha mais do que um interveniente, o pedido relativo à correspondente operação urbanística deverá ser acompanhado de contrato de urbanização, contendo designadamente a seguinte informação:

- a) A participação de cada proprietário de acordo com o valor do respetivo prédio, nos termos referidos no artigo anterior;
- b) Os custos dos projetos, assim como o das obras de urbanização e demais encargos necessários à concretização da operação urbanística, devidamente contabilizados e assumidos como investimento e forma de repartição entre os intervenientes;
- c) O faseamento de obra;
- d) A listagem dos lotes e frações autónomas produzidos na operação urbanística e sua distribuição pelos promotores, de acordo com a proporção dos respetivos investimentos;
- e) Expressão do acordo quanto à afetação de lotes e ou frações dos proprietários e descrições da forma de compensação utilizada quando não for possível uma afetação aos proprietários na exata proporção da participação de cada um, de acordo com o previsto na alínea a).

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 10.º

Cálculo das taxas municipais

1 — As operações urbanísticas a desenvolver nas UE estão isentas do pagamento das taxas previstas no n.º 23 do Capítulo X da Tabela Municipal de Taxas.

2 — Atenta a disciplina estatuída no artigo 5.º, não se aplicam igualmente às operações referidas no número anterior as regras constantes no n.º 24 do Capítulo X da Tabela Municipal de Taxas.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor quinze dias após a sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO I

Saldos monetários geridos pelo Fundo de Compensação

Unidade de execução	SalDOS					% da A.B.C. efetiva total	Custo de urbanização (infraestruturas)*		
	A	B	C	D	E		F	G	H
	A.b.c.(m²)	(Valor do Saldo)	Cedências devidas	(Valor do Saldo)	(A+B)		(Custo proporcional)	(Custo efetivo da UE)	(saldo do custo de infraestruturas)
UE1	1353,11	144.236,54 €	-1.699,44	83.119,72 €	227.356,26 €	0,10	113.864,17 €		
UE2	486,60	51.869,44 €	-369,27	18.060,89 €	69.930,33 €	0,07	81.421,36 €		
UE3	-213,52	-22.760,72 €	87,23	-4.266,40 €	-27.027,12 €	0,01	7.579,17 €		
UE4	-107,59	-11.468,29 €	179,71	-8.789,59 €	-20.257,88 €	0,06	73.920,12 €		
UE5	-2345,31	-250.000,33 €	1.913,24	-93.576,38 €	-343.576,70 €	0,32	371.819,76 €		
UE6	-521,45	-55.584,92 €	446,64	-21.844,99 €	-77.429,91 €	0,03	39.457,73 €		
UE7	1347,12	143.598,06 €	-696,75	34.078,16 €	177.676,22 €	0,12	139.471,25 €		
UE8	399,37	42.571,44 €	-197,30	9.650,00 €	52.221,44 €	0,16	182.113,22 €		
UE9	-252,09	-26.872,24 €	218,63	-10.693,18 €	-37.565,42 €	0,02	28.560,49 €		
UE10	-88,64	-9.448,63 €	-33,47	1.637,12 €	-7.811,51 €	0,03	32.486,87 €		
UE11	-756,90	-80.682,09 €	798,38	-39.048,69 €	-119.730,78 €	0,03	32.915,64 €		
UE12	699,29	74.541,73 €	-647,58	31.673,33 €	106.215,07 €	0,04	43.388,71 €		

Tendo em conta que:

A — Saldo obtido através do diferencial entre a A.B.C. efetiva (por desenho do Plano) e a abstrata (por índice). Quando positivo é indicativo de excesso de edificabilidade na UE em relação ao índice.

B — Valor atribuído ao saldo de A.B.C.

C — Saldo obtido através do diferencial entre as cedências efetivas (estabelecidas pelo Plano por via do desenho) e as cedências devidas em função da A.B.C. efetiva. Quando negativo é indicativo de excesso de cedência da UE, em relação à construção efetiva.

D — Valor atribuído ao saldo das cedências de utilização coletiva.

E — Soma dos saldos B e D, a depositar no Fundo de Compensação.

F — Custo das infraestruturas atribuído na proporção da A.B.C. efetiva

G — Custo a suportar pela UE a aferir aquando da Operação urbanística

H — Diferencial entre os custos D e E, a depositar no Fundo de Compensação

ANEXO II

Tabela de avaliação pericial dos terrenos, de acordo com o artigo 122.º do RJGT

Unidade de execução		Prédios abrangidos			Avaliação dos prédios		
					(referente à situação anterior à data de entrada em vigor do plano)		
Identif.	Área (m²)	Artº	identif. (plano) da parcela	área (m²)	Área de Construção (m²)	Valor do Imóvel (A)	Valorização em relação à UE(%)
UE1	2630,7	urbano	1	802,9	626,20	120.452,00 €	30,5 %
			2	784,1	611,57	117.638,00 €	29,8 %
			3	1043,8	814,13	156.593,00 €	39,7 %
UE2	2480,9	65 P	22(artº65)	2480,9	1935,09	372.179,00 €	100,0 %
UE3	553,7	65 P	24	553,7	431,85	75.885,00 €	100,0 %
UE4	2937,3	urbano	5	720,8	562,26	106.724,00 €	24,5 %
		158 urbano	7	752,0	586,55	111.380,00 €	25,6 %
			8	1464,5	1142,30	216.962,00 €	49,9 %
UE5	17024,4	64	25	4778,4	3727,11	253.142,00 €	14,4 %
		63	26	4191,0	3268,96	237.794,00 €	13,5 %
		62	27	3295,1	2570,19	339.945,00 €	19,4 %
		60	28	2305,6	1798,34	432.247,00 €	24,6 %
		59	29	2454,4	1914,44	492.825,00 €	28,1 %
UE6	2146,5	61	37,0	2146,5	1674,28	281.762,00 €	100,0 %

Unidade de execução		Prédios abrangidos			Avaliação dos prédios		
					(referente à situação anterior à data de entrada em vigor do plano)		
Identif.	Área (m²)	Artº	identif. (plano) da parcela	área (m²)	Área de Construção (m²)	Valor do Imóvel (A)	Valorização em relação à UE(%)
UE7	3609,2	urbano urbano urbano 58 P	9 10 11 12	756,7 1669,4 725,9 457,3	590,20 1302,10 566,19 356,69	106.428,00 € 234.794,00 € 102.097,00 € 64.323,00 €	21,0 % 46,3 % 20,1 % 12,7 %
UE8	6408,0	urbano 58 P 57 P	30 12 13	489,7 2793,1 3125,3	381,94 2178,62 2437,71	45.917,00 € 261.888,00 € 293.029,00 €	7,6 % 43,6 % 48,8 %
UE9	1397,4	57 P	13	1397,4	1089,97	196.536,00 €	100,0 %
UE10	1342,5	urbano	34	1342,5	1047,13	188.814,00 €	100,0 %
UE11	2192,0	55	20	2192,0	1709,76	308.294,00 €	100,0 %
UE12	773,4	urbano	16	773,4	603,26	108.776,00 €	100,0 %

P — Parte de artigo inserido em mais do que uma Unidade de Execução

(A) Avaliação efetuada de acordo com o Código de Expropriações (CE) aprovado pela Lei n.º 168/99 de 18/09, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 04/09, considerando-se os seguintes requisitos/parâmetros:

O instrumento de Gestão Territorial em vigor: O PDM;
O valor do custo de Construção referido na Portaria n.º 1.172/2010 de 10/11;

A localização de cada prédio;
A qualidade ambiental local envolvente;
A existência de equipamentos sociais, culturais e desportivos na envolvente;

A localização de zonas verdes na envolvente;
As acessibilidades e os transportes públicos existentes;
O grau de infraestruturação existentes ou a executar;
O valor resultante de um fator corretivo pela existência ou inexistência de risco e do esforço inerente à atividade construtiva desenvolvida ou ainda a desenvolver;

Os valores resultantes dos custos dos projetos, taxas, infraestruturas e outros encargos associados à transformação do uso do solo, em casos justificáveis.

No processo de avaliação não foram contemplados os seguintes fatores:

Encargos com as demolições das construções existentes;
Remoção e destino final dos entulhos resultantes das demolições;
Encargos com realojamentos e ou indemnizações a atribuir por direito aos arrendatários, quando aplicável, por caducidade do contrato de arrendamento.

205632046

MUNICÍPIO DE POMBAL

Aviso n.º 1317/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que nos termos do n.º 2, do artigo 73.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, ambos na sua atual redação, foi homologada em 23 de dezembro de 2011, a ata de avaliação final dos períodos experimentais dos trabalhadores abaixo indicados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 36, de 21 de fevereiro de 2011, para preenchimento de oito postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional — Função: loja/ponto já (1); biblioteca municipal (1); teatro cine (1); educação (2); jardins (1) e limpeza e conservação (2).

Nome	Categoria	Classificação obtida do período experimental	Conclusão com sucesso
Brigite Cravo Oliveira	Assistente operacional	15,85 valores	Sim
Dina Maria Ferreira Pereira Costa	Assistente operacional	15,28 valores	Sim
Fernando Rodrigues Anastácio	Assistente operacional	15,42 valores	Sim
Josefina Carrasqueira Santos Ferreira	Assistente operacional	15,28 valores	Sim
Maria Lurdes Ferreira Santos	Assistente operacional	15,62 valores	Sim
Paulo Jorge Santos Gameiro	Assistente operacional	15,42 valores	Sim
Paulo Jorge Silva Branco	Assistente operacional	15,92 valores	Sim

26 de dezembro de 2011. — O Presidente da Câmara, Eng. Narciso Ferreira Mota.

305606337

Aviso n.º 1318/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que nos termos do n.º 2, do artigo 73.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, ambos na sua atual redação, foram homologadas em 02 de janeiro de 2012, respetivamente, as atas de avaliação final dos períodos

experimentais dos trabalhadores abaixo indicados, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do procedimento concursal comum publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 67 — 5 de abril de 2011, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional — Função Águas (1) e Vias Municipais (1) — ref.ª C.

Nome	Categoria	Classificação obtida do período experimental	Conclusão com sucesso
Jorge Manuel Mota Morgado	Assistente operacional	16,94 valores	Sim
Manuel Joaquim Fernandes Mota	Assistente operacional	14,98 valores	Sim

12 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara, Eng.º Narciso Ferreira Mota.

305604896